

## PARECER Nº       , DE 2019

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 636, de 2019, de autoria do Senador RANDOLFE RODRIGUES, que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia (MME) informações e remessa de documentos referentes a condições de segurança de barragens do Estado do Amapá.

Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão

### I – RELATÓRIO

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 636, de 2019 (RQS nº 636, de 2019), de autoria do Senador RANDOLFE RODRIGUES, que requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, as seguintes informações e documentos referentes à segurança de barragens no Estado do Amapá:

*“1. Qual é a real situação de segurança das barragens do Amapá, segundo dados da ANM, e o que atestam tais conclusões?”*

*2. Houve vistoria recente nas outras três barragens do Amapá (North Mill Pond, TAP D, VILA NOVA)? Caso não, há previsão de vistoria? Caso sim, relatórios estão prontos?”*

*3. Quais procedimentos estão sendo adotados pela ANM em relação à barragem Mario Cruz, abandonada desde 2015?”*

*4. Envio dos últimos relatórios de vistorias/inspeções de cada uma das 5 (cinco) barragens do Amapá (caso não*

*sejam relativos ao atual planejamento de vistoria, enviar o mais recente de cada barragem).”*

## II – ANÁLISE

Compete à Mesa, nos termos do art. 215, inciso I, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir sobre os requerimentos de informações formulados por Senador ou Comissão, que visam a obter, de Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, esclarecimento acerca de assunto que esteja incluído na área de competência dessa autoridade.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar os atos do Poder Executivo da União, conforme estabelecido pelo inciso X do art. 49 da Constituição Federal, *in verbis*:

**Art. 49.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

No exercício da sua função fiscalizadora, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem requerer informação a Ministro de Estado com fulcro no § 2º do art. 50 da Lei Maior, *in verbis*:

**Art. 50.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

.....

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

No Senado Federal, o requerimento de informações a Ministro de Estado é disciplinado pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001. Entre as disposições

desse normativo, destacamos o § 1º do art. 1º, que determina caber ao Ministro de Estado prestar informações sobre os órgãos e entidades da administração pública indireta sob sua supervisão.

No RQS nº 636, de 2019, são solicitadas informações e documentos ao Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre providências relativas a barragens no Estado do Amapá, sem especificar a que tipos de barragens o pleito estaria se referindo: se barragens de projetos de irrigação em rios estaduais, ou barragens de rejeitos de mineração etc.

Entretanto, de acordo com o art. 5º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, o órgão fiscalizador da segurança de uma barragem depende da finalidade desta. No caso de barragens para acumulação de água, exceto para fins de geração hidrelétrica, o órgão fiscalizador é a entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico. Assim, os órgãos fiscalizadores podem ser estaduais, ou, no âmbito federal, a Agência Nacional de Águas (ANA), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Enquanto que, para as barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos, o órgão fiscalizador é a entidade outorgante dos direitos minerários, isto é, a Agência Nacional de Mineração (ANM), essa, sim, ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a quem se destinou o RQS nº 636, de 2019.

Na Justificação do RQS nº 636, de 2019, evidencia-se que o interesse do autor está nas barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos, cabendo a fiscalização à ANM. Essa Agência, após o rompimento da barragem B1 (mina do Feijão), em Brumadinho/MG, divulgou planejamento de vistoria de barragens, segundo ordem de prioridade pré-estabelecida. No caso do Estado do Amapá, a ANM informou que, de 5 (cinco) barragens por ela fiscalizadas (enquadradas no Plano Nacional de Segurança de Barragens), apenas 2 (duas) haviam sido vistoriadas, e somente uma delas estava com relatório finalizado.

Assim, requer-se as informações e documentos solicitados a fim de instruir possíveis encaminhamentos sobre a situação das barragens dessa natureza localizadas no Estado do Amapá, evitando riscos desnecessários à população desse Estado.

Como se vê, o RQS nº 636, de 2019, encontra consonância com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, com o art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, de modo a destinar seu pleito ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 636, de 2019.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator